



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3085 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
DEZEMBRO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Edite Queiroz

É psicóloga, especialista em psicologia clínica e da saúde. Trabalha na Ordem dos Psicólogos e, no contexto da pandemia, tem produzido documentos e informações que buscam apoiar a população e decisores na gestão prática dos diversos desafios associados às consequências da doença. **págs. 8 e 9**



Photo by Annie Spratt

AMÉRICA LATINA

As veias que o imperialismo abriu

A visão do imperialismo da América Latina enquanto quintal dos Estados Unidos não ficou no passado. Invasões, golpes, assassinatos e estratégias de asfixia económica fazem parte da história recente de uma região

rica em múltiplos recursos valiosos. Do Rio Grande à Patagónia, o imperialismo continua a deixar vítimas por onde passa, apostando numa estratégia de agressão contra a soberania dos povos. **págs. 6 e 7**



População exige transporte fluvial

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra dirigiu uma carta aberta ao ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, em que exige mais composições, perante a falta de oferta, num cenário já carenciado antes da pandemia. A estrutura reivindica ainda o investimento numa ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e o Porto, a fim de libertar a Linha da Azambuja. **pág. 11**



Protestos na Global Media

O SITE Norte realizou uma ação de protesto em frente ao Jornal de Notícias, no Porto, contra o despedimento de 81 trabalhadores da Global Media, entre jornalistas e funcionários do setor gráfico. À iniciativa juntou-se também o Sindicato dos Jornalistas. "A garantia de um futuro para todos é fundamental e a pandemia não pode justificar tudo", sublinhou o sindicato. **pág. 12**



A VOZ DO OPERÁRIO Eleições 2021-2024

A votação dos associados da instituição elegeu uma lista renovada que aposta na continuidade de um projeto que pretende defender os princípios da instituição e a proximidade com os associados. **págs. 3 e 4**



Adeus, Diego Armando Maradona

O mundo despediu-se do eterno número dez. Com a morte do astro, desaparece uma lenda viva do futebol. Carregou às costas a seleção argentina em 1986 e liderou as duas únicas conquistas do campeonato italiano em Nápoles. Maradona, figura controversa no âmbito privado, nunca esqueceu as origens e posicionou-se ao lado de figuras como Fidel Castro, Hugo Chávez ou Evo Morales. **pág. 14**

Boas Festas e um Bom 2021

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Está a chegar ao fim 2020, ano profundamente marcado pela pandemia que assolou o nosso planeta, ceifou muitas vidas e vem afetando particularmente as populações com menos recursos.

Sim, porque ao contrário do que alguns quiseram fazer crer, não estivemos todos no mesmo barco, tendo sido especialmente atingidas as populações mais carenciadas.

Infelizmente, todos os indicadores mostram que com a pandemia se agravaram as desigualdades, tendo aumentado e muito as situações de pobreza, designadamente as acarretadas pelo significativo crescimento do desemprego.

No momento em que escrevo estas linhas ainda está a ser debatido na especialidade o Orçamento de Estado para 2021, acalentando uma ténue esperança de que o mesmo dê passos significativos relativamente ao orçamento inicialmente apresentado e que assim possa assumir a resposta efetiva aos problemas nacionais, com medidas urgentes de valorização dos trabalhadores e dos seus direitos, de retoma e incremento do rendimento das famílias e de reforço da proteção social, de apoio à produção nacional e de aumento do investimento público.

São momentos como o atual que demonstram a grande importância do serviço público, onde se inclui o Serviço Nacional de Saúde, tão demonizado pela direita e pelo grande capital (para quem a saúde não é um direito generalizado como consagrado na Constituição da República Portuguesa, mas antes um bem atribuído a quem tem posses para o pagar). É imperioso o reforço do investimento no SNS, designadamente na contratação de profissionais e apetrechamento com meios técnicos, por forma a dar resposta à situação atual, bem como a protege-lo do saque dos grupos económicos.

A função social do Estado assume um papel muito relevante, quer numa maior incidência do apoio aos mais carenciados e no aumento das reformas quer na valorização do subsídio de desemprego com o alargamento da sua abrangência, reforço dos montantes e alargamento dos prazos, valorizando a carreira contributiva dos trabalhadores que agora estão desempregados e antes contribuí-

ram com os seus descontos para a Segurança Social.

No que toca à Voz do Operário, já aqui o afirmo mas não é demais enaltecer o grande empenho dos seus trabalhadores, que em cada momento deram a adequada resposta às situações com que nos fomos deparando, com a reconhecida qualidade do serviço prestado.

Na Assembleia Geral que decorreu no passado dia 12, os Sócios d'A Voz do Operário aprovaram por unanimidade o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, que reflete uma aposta no reforço da atividade e o esforço para o equilíbrio económico e financeiro da Instituição, mesmo tendo em conta os atuais tempos de incerteza, cujos impactos na atividade d'A Voz do Operário não são fáceis de estimar, mas admitimos que se mantenha a situação atual, com a grande maioria das atividades a decorrerem presencialmente, pese alguns aspetos que continuam afetados pelas restrições vigentes, designadamente no que toca às atividades associativas, que contudo esperamos que no decorrer de 2021 venham progressivamente a retomar a normalidade.

Entretanto, decorrem as eleições para os Órgãos Sociais da Voz do Operário para o mandato 2021-2024, tendo-se candidato uma lista que é ao mesmo tempo de continuidade quanto aos princípios e ao projeto da Instituição, mantendo parte dos membros dos atuais Órgãos Sociais, mas que representa igualmente uma importante renovação e uma grande vontade de aprofundar a atividade d'A Voz nas suas mais variadas vertentes, vincando a importância da educativa e da ação social, ao mesmo tempo que se pretende dar um novo impulso às diferentes componentes da atividade associativa, designadamente na ligação aos sócios e no incremento das iniciativas culturais e desportivas.

Aproximando-se as Festas Natalícias, este ano vividas em moldes particularmente adversos, desejo a todos os sócios, trabalhadores e amigos da Voz do Operário, umas Festas muito felizes e que em 2021, para além de poder ser ultrapassada a situação sanitária atual, venha a constituir um marco importante no progresso do nosso País e que os portugueses vejam abrir-se o horizonte de uma vida melhor, num mundo de paz, onde se caminhe definitivamente no combate às desigualdades, pela erradicação da pobreza e da exploração.

EDITORIAL

Adeus 2020

Termina agora um ano que a maioria não vai esquecer. E não pelos melhores motivos. Às consequências da pandemia juntou-se as consequências económicas e sociais de uma gestão por vezes irresponsável da crise sanitária. Se é certo que ninguém esperava este vírus, apesar dos sucessivos alertas de epidemiologistas para um cenário deste tipo, a maioria dos governos, uma vez mais, preocupou-se sobretudo com os grandes grupos económicos e financeiros e não tanto com quem trabalha. Hoje, à pandemia do coronavírus junta-se uma epidemia de verdadeiras tragédias para quem perde o emprego ou vê o salário reduzido. Se para alguns a hora é de luto, para todos a luta é o único caminho para reivindicar justiça social num tempo em que nem uma pandemia fez crescer o sentido de solidariedade efetiva por parte das instituições e das empresas.

Mas não é só o Governo português que sai mal da fotografia. A ineficaz resposta da União Europeia evidenciou uma instituição profundamente dividida e uma batalha entre países para obter material sanitário e ventiladores. As imagens da China a construir hospitais numa semana contrastaram com serviços de cuidados intensivos em colapso na Europa com sucessivas vagas da doença enquanto no gigante asiático vivem já numa relativa normalidade.

Para já, o anúncio de várias vacinas devolve alguma esperança aos povos do mundo mas a crise económica e social, a somar a um crescente descrédito no sistema e nas suas instituições, antecipa uma turbulência que, na verdade, não deixou nunca de existir para quem vive exclusivamente da sua força de trabalho. Contudo, para além das consequências económicas e sociais, a pandemia pode deixar sequelas na forma como nos relacionamos uns com os outros.

É neste contexto que A Voz do Operário se mantém firme nas suas convicções e atividade, com ideias de justiça e solidariedade, assentes num chão de permanente trabalho coletivo.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDATOR PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais,
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



VOZ

Eleitos novos órgãos d'A Voz do Operário

As eleições para os órgãos sociais d'A Voz do Operário realizaram-se no dia 3 de dezembro com normalidade e com as devidas medidas de proteção sanitária. Durante o mês de novembro, apresentou-se a lista candidata que foi agora escolhida com 96,7% dos votos numa eleição que foi mais participada do que a anterior.

Esta candidatura, que vai tomar posse em janeiro, lançou um programa eleitoral apresentando uma equipa renovada com o objetivo de “continuar a honrar a história” da instituição, “sempre em defesa dos trabalhadores e das suas causas, bem como do associativismo e do reconhecido papel ao nível da educação”.

O documento divulgado por esta lista destaca na sua estratégia de gestão para os próximos quatro anos a vida associativa, a educação e ensino, o património d'A Voz, a comunicação, a cultura, o desporto e o apoio social como prioridades.

Simultaneamente, os membros eleitos dos futuros órgãos afirmaram querer apostar em novos projetos que dinamizem a participação dos sócios em cooperação com os trabalhadores d'A Voz e prosseguir o “acompanhamento rigoroso da evolução económico-financeira da instituição” com vista à “sustentabilidade e projeção futura”. A Marcha Infantil, o Arraial Popular ou a Gala de Fado são exemplos de iniciativas a manter para reforçar a participação dos associados.

O trabalho de proximidade desenvolvido pela área de Ação Social d'A Voz do Operário tem lugar de destaque num contexto marcado pela pandemia.

Numa linha de continuidade com o trabalho realizado nos últimos anos, os órgãos sociais d'A Voz vão manter algumas das caras já conhecidas por todos, às quais se juntam novos elementos.

Mesa da Assembleia Geral



Presidente
Libério Domingues



Vice-Presidente
Joaquim Baltazar



1º Secretário
José Maria Valente



2º Secretário
Inês Santos



Vogal
Domingos Lobo

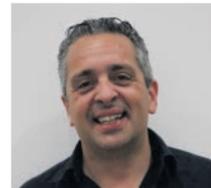
Direção



Presidente
Manuel Figueiredo



Vice-Presidente
Vítor Agostinho



Tesoureiro
Rui Dias



1º Secretário
Pascal Paulus



2º Secretário
Sérgio M. Letria



Vogal
Rui Aldeano



Vogal
Margarida Brissos



Vogal
Pedro Gomes



Vogal
João Lourenço

Conselho Fiscal



Presidente
Rego Mendes



Secretário
Maria Irene Mendes



Relator
Cristina Cardoso



Vogal
Seyne Torres



Vogal
Rui Martinez

MÚSICA

O fado voltou a ecoar no Salão

A 4.ª edição da Gala de Fado d'A Voz do Operário foi uma prova de resistência e mostrou que é possível organizar eventos culturais em segurança.

Apresenta-se como um dos mais importantes eventos deste estilo musical e não é difícil perceber porquê. Apesar da pandemia, uma vez mais, A Voz do Operário garantiu as condições para não deixar cair esta iniciativa cultural. O histórico salão de festas d'A Voz do Operário, emblemático do movimento associativo e popular, recebeu cerca de 150 pessoas para homenagear os construtores do fado.

Com as devidas distâncias e precauções higiénicas, o som das cordas e das gargantas voltou a marcar o tom musical numa matiné de domingo que durou cerca de três horas. Entre os momentos mais marcantes desta edição da Gala de Fado, está a homenagem à fadista Argentina Santos, que morreu aos 95 anos depois da 3.ª edição deste evento, em novembro de 2019.

Patrícia Costa, Duarte, Fernanda Moreira, Jorge Baptista da Silva, Maria Emília e Maria Mendes foram os convidados deste ano, a par dos instrumentistas Ale-

xandre Silva, na viola, Nuno Lourenço, na viola baixo e Pedro Amendoeira, na guitarra portuguesa.

A decisão de organizar esta edição da gala foi muito aplaudida por vários artistas. Praticamente, todos os presentes destacaram a importância da realização do evento, com vários discursos contra o medo e em defesa da realização de atividades culturais em segurança.

Homenageados

Prémio Tributo, Jorge Fernando; Prémio Compositor Guitarra, a Arménio de Melo; Prémio Compositor Viola, Nel Garcia; Prémio Lisboa, Maria José Valério; Prémio Solidariedade, Sérgio Godinho; Prémio Popular, Conceição Ribeiro; Prémio Carreira, Maria da Fé e Nuno Aguiar; Prémio Divulgação, ACOF - Associação Cultural o Fado; Prémio Poesia e Literatura, Maria do Rosário Pe-

dreira; Prémio Revelação, Bruno Alves e Catarina Dionísio; Prémio Artes e Espetáculo, Filipe La Fera.

Uma iniciativa solidária

Para além de dar voz a vários artistas e de promover o fado, a iniciativa da instituição teve também como uma das metas, quando se lançou pela primeira vez, recolher fundos para requalificar o salão d'A Voz do Operário. A insonorização e a melhoria das condições acústicas desta importante sala fazem parte dos objetivos deste evento solidário. A importância deste espaço para a vida cultural não só d'A Voz mas também da cidade ultrapassa a dinâmica interna da instituição. Os bilhetes deste espetáculo reverteram, uma vez mais, para as obras de requalificação deste icónico Salão de Festas, cujas despesas estão avaliadas em mais de meio milhão de euros.

LIBÉRIO DOMINGUES

Uma Voz de portas abertas à comunidade

Libério Domingues, presidente da Assembleia-Geral d'A Voz do Operário, conversa sobre o significado da eleição dos órgãos da instituição.

Bruno Amaral de Carvalho

Qual o significado desta renovação do mandato?

Na minha opinião, acho que este mandato que se vai iniciar vai ser, de certeza, como têm sido os últimos mandatos. Significa a continuidade de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta equipa, com um ou outro reforço, no sentido da renovação, e ainda bem, mas no fundo há a continuidade de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. E, quanto a mim, acho que há aspetos desse trabalho que merecem um destaque especial. Desde logo, aquilo que é uma das principais marcas d'A Voz do Operário, que é muito conhecida, que é a questão do ensino. Nós evoluímos muito nestes últimos anos, do ponto de vista dos equipamentos e das instalações e daquilo que mais me apraz destacar, que é a evolução da qualidade do ensino d'A Voz do Operário. E eu fico muito orgulhoso, sinceramente, quando muita gente me diz que o processo educativo d'A Voz é um processo em constante evolução, aperfeiçoamento, moderno, e eu creio que isso é um dado muito importante, tanto para o presente, como para o futuro. Nesse aspeto, houve uma aposta muito significativa que deu os seus frutos e que concerteza, nestes próximos anos, vai estar aí para continuar e para ampliar tanto quanto possível.

E no plano associativo?

Acho que esta situação que vivemos da pandemia trouxe ao de cima a grande importância que tem uma instituição como A Voz do Operário, a todos os níveis. Desde logo, na sua ligação à vida, ao meio onde está, às pessoas que a frequentam mas sobretudo uma abertura muito grande às outras organizações. Posso dizer, por exemplo, em relação a uma área que eu conheço muito bem, que é a sindical, que A Voz do Operário tem sempre as portas abertas, mas neste período isso tornou-se ainda mais importante. Porque mesmo com limitações, mesmo com dificuldades, A Voz do Operário manteve-se aberta, não apenas aos sindicatos, mas também no plano cultural e eu acho muito importante que a instituição nunca tenha deixado de fazer aquilo que tinha programado fazer nessa área. As iniciativas foram sinal de que A Voz assumiu esta situação e foi importante nesta fase, como contributo para que a sociedade não fique confinada naquilo que eu considero mais negativo. A Voz teve um papel muito importante na forma como também encarou tudo isto. Creio que há um aspeto a relevar que é o cuidado que existiu, desde o primeiro momento, por parte da direção, no seu relacionamento com os trabalhadores, a preo-



As eleições para os corpos gerentes, no triénio 2021-2024, realizaram-se a 3 de dezembro.

cupação com as suas condições. Essa era a primeira questão, as condições de higiene, de segurança, de saúde, o respeito por todas as normas que foram sendo aplicadas, mas depois também na sua relação contratual com os trabalhadores. Naturalmente que não podíamos passar ao lado, e não passámos, das dificuldades, dos layoffs, e naturalmente que se não o fizéssemos cometeríamos um erro, mas os rendimentos e os direitos dos trabalhadores foram sempre salvaguardados como ponto de honra da direção d'A Voz. Eu creio que isto é um exemplo de como se devem fazer as coisas. A Voz, enquanto entidade responsável por um conjunto de trabalhadores, teve uma atitude e um comportamento a destacar.

Os princípios fundacionais d'A Voz continuam a inspirar a direcção?

Eu acho que são princípios adquiridos e em constante renovação. Não são frases nem slogans que nós usemos como papel decorativo. As raízes d'A Voz estão sempre presentes. Não há nenhum ato d'A Voz em que isso não esteja presente. A ligação aos

trabalhadores e à luta e à melhoria das condições de vida são de facto a pedra de toque d'A Voz do Operário. Eu acho que quando entramos por aquela porta, mesmo os sindicalistas experientes, já com muitos anos, sentimos sempre qualquer coisa de especial. Esta casa tem algo que transmite valores de solidariedade, de camaradagem e de preocupação, sobretudo num momento da nossa vida em que aquilo de que ouvimos falar é de competitividade e individualismo. N'A Voz do Operário isso não existe e, portanto, essa abertura, esse relacionamento tão próximo, não é apenas uma questão institucional. É uma questão de fundo, de princípio. A Voz está aberta ao movimento sindical e aos trabalhadores porque é essa a sua própria natureza. Provavelmente, não se teriam realizado algumas iniciativas do movimento sindical se não tivéssemos a abertura e a colaboração d'A Voz. Desde o Conselho Nacional da CGTP-IN, da Conferência da Interjovem e outras. Eu próprio, como coordenador da União de Sindicatos de Lisboa, sinto sempre segurança por saber que há uma instituição como A Voz do Operário com quem nós podemos contar.

Quão importante é o trabalho coletivo para os órgãos d'A Voz?

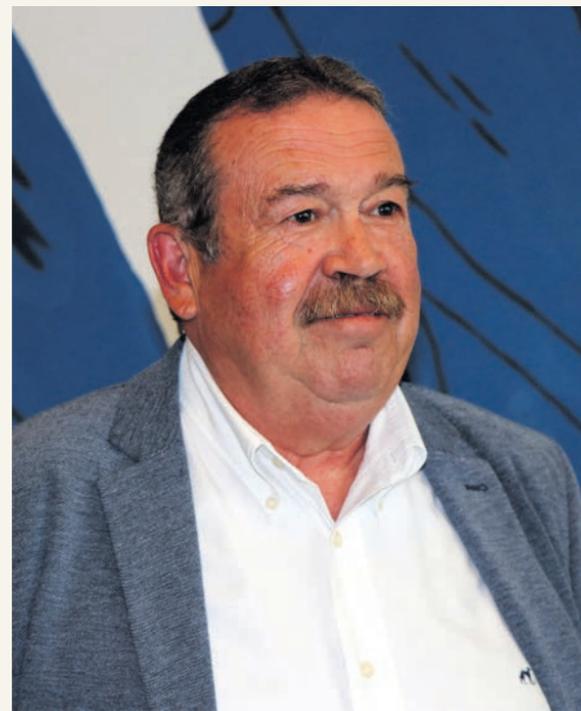
É muito importante. Eu acho que se instituiu n'A Voz um princípio muito importante para os associados que é a prestação de contas a tempo e horas, de forma regular, com informação detalhada e com preparação prévia, para que os sócios participem na vida, na gestão da instituição e nas decisões importantes que se preparam para serem tomadas nas assembleias gerais. Isso é uma boa prática e temos feito uma tentativa de aumentarmos a participação dos sócios na vida d'A Voz. Sabemos que nem sempre é possível, sabemos que é mais difícil juntar as pessoas, mas mesmo assim há um esforço muito grande de todos os órgãos no sentido de definirem as suas responsabilidades. Cada um tem as suas e tem de as desempenhar de forma solidária percebendo que tem de as fazer para prestigiar A Voz e a sua democracia interna, a sua prática de relacionamento com os seus associados, de informação...Eu acho que o nosso jornal é um veículo muito importante para todos e é um livro aberto onde podemos, se quisermos, aprofundar o nosso conhecimento sobre aspetos importantes da vida da nossa instituição. É importante continuar a aperfeiçoar esse trabalho de comunicação para chegarmos com mais eficácia aos sócios. Esta instituição vive para e com os seus associados.

Estofador e sindicalista na presidência da Assembleia Geral

Natural de Assentiz, Torres Novas, Libério Domingues começou a trabalhar aos 13 anos, em 1970, como aprendiz de estofador na empresa E. Rodrigues e Carlos Costa. Quatro anos depois, já após a revolução, passou a desempenhar a função de estofador de automóveis no quadro de pessoal das Oficinas Mecânicas da Câmara Municipal de Lisboa, onde ainda hoje se mantém como encarregado operacional.

Em 1986, Libério Domingues, foi eleito delegado sindical no Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) e três anos depois foi escolhido para a direção dessa estrutura sindical, que chegou a coordenar de 1993 a 2008. Hoje, é presidente da Mesa da Assembleia Geral do STML, é membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CG-TP-IN e é coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa desde fevereiro de 2008.

Neste processo eleitoral, o estofador e sindicalista viu renovado um novo mandato à frente da Mesa da Assembleia Geral d'A Voz do Operário, que preside desde 2012.



A VOZ DO OPERÁRIO

Orçamento e Atividades para 2021 aprovados

Na última Assembleia Geral Ordinária d'A Voz do Operário do ano, realizada no dia 12 de dezembro, foi aprovado, por unanimidade, o Plano de Atividades e Orçamento para 2021. O documento salienta o elevado grau de imprevisibilidade em tempos de grande incerteza devido à pandemia, destacando que não é fácil estimar os impactos na atividade da instituição, mas que se espera que 2021 represente o regresso progressivo à normalidade.

Nesse sentido, o documento aprovado valoriza a capacidade e a resposta dos trabalhadores d'A Voz para enfrentar esta realidade, inédita neste século, passando por situações nunca experimentadas. Refere o texto que “a natural redução da atividade nalguns casos, foi compensada pelo acréscimo de outras, designadamente na área social, estimando-se que o volume de receitas atinja em 2020 o montante de 5,2 milhões de euros”. O balanço é, por isso, positivo na consolidação de um “caminho de sustentabilidade económica e financeira”.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 anuncia nos seus propósitos que pretende manter “a linha de rigor que vem sendo seguida, apostando no bom nível de atividade, mantendo uma elevada qualidade do serviço educativo e do apoio social, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do jornal, mantendo atualizados os nossos sites, promovendo iniciativas culturais diversificadas e participando ativamente no movimento associativo”.

As celebrações do 138.º aniversário da instituição são também referidas no documento com a homenagem anual a “uma personalidade ou entidade de mérito reconhecido”. Para além da habitual participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, o documento refere também o regresso da Marcha Infantil e dos arraiais populares. Os 60 anos da Fuga de Peniche e os 120 anos de Bento Jesus Caraça são outras datas a assinalar no calendário de atividades da instituição para o próximo ano.

Depois do êxito das quatro edições anteriores, anuncia-se também a realização da 5.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário. Também no plano da atividade cultural, antecipa-se a vontade de voltar a realizar uma segunda edição do festival O Jazz tem Voz.

Outro dos objetivos é levar a cabo uma programação regular de cinema num panorama em que continuam a fechar salas de cinema na cidade e pretende-se colmatar uma real necessidade cultural da cidade, mais concretamente dos bairros populares, geograficamente distantes dos grandes centros comerciais que concentram as salas de cinema.

No âmbito da história d'A Voz vai procurar dinamizar-se um roteiro que partindo da configuração da sede e dos propósitos que balizaram a sua construção quer levar a cabo visitas guiadas que permitam discutir a história d'A Voz do Operário, da cidade de Lisboa, em diálogo com a história do movimento operário.

Já no conjunto da oferta educativa, o documento salienta a “consolidação do modo de trabalho peda-

gógico na instituição”. Refere o atípico ano letivo de 2019-2020 devido à pandemia e aponta-se como solução “fortalecer o projeto pedagógico para salvaguardar a aprendizagem dialogada que o caracteriza”.

Como no ano anterior, destacam-se quatro pontos: “a perspetiva sociocultural do trabalho pedagógico, os processos e instrumentos a serem seguidos e desenvolvidos pelos docentes, a interação entre cada comunidade escolar e a comunidade educativa de que essas comunidades escolares fazem parte e o desenvolvimento profissional de todo o pessoal docente e não docente com tarefas pedagógicas”.

Já no que diz respeito ao trabalho do departamento de Ação Social d'A Voz, num contexto pandémico marcado pela situações “de pobreza, maior isolamento e consequente agravamento dos problemas de saúde mental”, destaca-se a resposta às necessidades dos sócios e da comunidade.

O Centro de Convívio, o programa Lisboa +55, o Cabelheiro Social são alguns dos meios que A Voz do Operário tem à disposição dos associados. O destaque neste contexto complexo vai para o Serviço de Apoio Domiciliário que faz o atendimento de utentes e famílias, avaliação das situações e respetiva integração na resposta social com prestação de cuidados a nível da alimentação, higiene pessoal, higiene habitacional e tratamento de roupas, no domicílio habitual de vida dos utentes, auxiliando-os na satisfação das suas necessidades básicas e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

AMÉRICA LATINA



Invasões, golpes e assassinatos, a herança do imperialismo na América Latina

Houve quem achasse que a América Latina, enquanto pátio traseiro dos Estados Unidos era algo do passado, o intervencionismo das duas últimas décadas não deixa lugar a dúvida: o imperialismo norte-americano, com ou sem o apoio da União Europeia, continua a deixar vítimas por onde passa.

Bruno Amaral de Carvalho

Diz-se que os norte-americanos são conhecidos como gringos a sul do rio Grande porque na guerra com o México, aos seus batalhões vestidos de verde, insultava-se-lhes ao grito de “green go”. Foi precisamente durante esse conflito que os Estados Unidos foram invadidos pela primeira e única vez na sua história.

Em março de 1916, quase 500 soldados liderados por Pancho Villa atacaram Columbus, numa batalha com cerca de 70 mortos em cada um dos lados. Se as duas partes reclamam ainda hoje a vitória no relato desse confronto

militar, o que choca é a singularidade do feito diante do incontável número de vezes que os Estados Unidos agrediram, direta ou indiretamente, países latino-americanos.

Só entre 1891 e 1912, Washington invadiu 16 vezes vários países, sobretudo da América Central e Caraíbas, para impôr o seu domínio político e económico.

A década da esperança

Como resposta ao ciclo neoliberal na América Latina, durante as décadas de 80 e 90, quando Reagan e George Bush ocuparam a Casa Branca, os povos de vários países viraram o século apoiando

do projetos políticos progressistas, democráticos e soberanistas. Desde que Hugo Chávez ganhou as eleições presidenciais em 1998, somando a Venezuela à isolada Cuba, diversos governos latino-americanos passaram a pôr no centro das suas políticas a nacionalização de setores estratégicos, sobretudo os energéticos. A diversificação da economia num continente desenhado a régua e esquadro pelos interesses geoestratégicos das ex-potências coloniais e pelos Estados Unidos passou a ser prioridade, a par do multilateralismo nas relações externas.

Depois da ‘revolução bolivariana’, o operário brasileiro Lula da Silva candidatou-se novamente à presidência do

Brasil em 2002 e ganhou. Numa entrevista ao Folha de São Paulo, o diretor do jornal perguntou ao candidato do PT como é que ambicionava governar o Brasil se não sabia falar inglês; Lula da Silva questionou o jornalista se alguém já teria perguntado a Bill Clinton se falava português.

No mesmo ano em que a esquerda chegou a Brasília, Nestor Kirchner encabeçou a presidência na Argentina. Em 2005, foi a vez de Tabaré Vázquez no Uruguai e no ano seguinte multiplicam-se os governos não alinhados: Nicarágua, Honduras e Bolívia. A este processo que cresceu até 2009, juntaram-se o Equador, o Paraguai e El Salvador.

Os suspeitos do costume

“Por que é que nos Estados Unidos não há golpes de Estado? Porque lá não há embaixadas norte-americanas”. É uma anedota muito popular que ilustra o que pensam muitos latino-americanos da influência norte-americana na região.

Em 2002, dias antes do golpe apoiado pelos Estados Unidos contra Hugo Chávez, a administração norte-americana declarava que o presidente venezuelano não estava a considerar os interesses de Washington em Caracas. O certo é que o líder bolivariano só conseguiu regressar ao Palácio de Miraflores graças à união cívico-militar que derrotou a operação de um setor do exército promovido pela oligarquia venezuelana com o apoio dos suspeitos do costume. A vitória das forças chavistas deu oxigénio às alternativas no continente que tiveram de enfrentar oposições a que nunca faltou dinheiro e assessoria de Washington.

Em junho de 2009, soldados hondurenhos invadiram a casa do presidente Manuel Zelaya a meio da noite para o levar preso e expulsaram-no do país para impedir um referendo não vinculativo para a convocatória de uma assembleia constituinte que produzisse uma nova constituição. Desde então, morreram assassinados milhares de hondurenhos em protestos contra os governos anti-democráticos e de duvidosa legitimidade de Roberto Micheletti, Porfirio Lobo e Juan Orlando Hernández, cuja eleição foi contestada por vários países latino-americanos.

No ano seguinte, foi a vez de um protesto policial que reivindicava aumentos salariais se transformar em golpe de Estado no Equador. Para além da ocupação de um quartel, vários militares bloquearam o Aeroporto Internacional Mariscal Sucre, já desativado, e as manifestações estenderam-se pelo país com cortes de estrada e distúrbios. Depois de tentar conversar com alguns polícias, Rafael Correa teve de se refugiar num hospital que foi cercado pelas forças policiais. Só uma operação militar conseguiu furar o bloqueio e repôr a normalidade depois de meia hora de tiroteio.

Em 2012, um golpe de novo tipo tomou forma na América Latina com o objetivo de derrubar governos não alinhados com os interesses de Washington. Eleito em 2008, o ex-bispo católico Fernando Lugo chegou à presidência do Paraguai, rompendo com seis décadas do conservador Partido Colorado à frente do governo, em que 35 anos foram de ditadura militar. Para alcançar a vitória, a Aliança Patriótica para a Mudança formou uma coligação entre setores populares e partidos políticos, inclusive com o Partido Liberal.

Avanços em relação à soberania ener-

gética e à saúde pública puseram a oligarquia e Washington em alerta. Além disso, houve avanços na integração regional, com a participação ativa do país na Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e no Mercosul (Mercado Comum do Sul). Este era um momento de alianças entre os diversos governos soberanistas da região: Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Venezuela e o próprio Paraguai.

No entanto, o mandato de Lugo durou apenas três anos e dez meses, e foi interrompido bruscamente por um golpe de Estado, camuflado por um processo de julgamento político, conduzido por um parlamento de maioria opositora, que o depôs em menos de 24 horas.

“A oligarquia e a direita são sempre muito solidárias e bem coordenadas a nível regional e local quando estão em jogo os seus próprios interesses”, afirmou Lugo ao *Brasil de Fato*, citando multinacionais do setor do agronegócio como forças que impulsionaram o golpe paraguaio.

Milhares de paraguaios protestaram contra a decisão e foram recebidos com gás lacrimogéneo e jatos água. A televisão pública foi tomada nessa mesma noite por agentes da polícia paraguaia que impediram que o canal transmitisse imagens dos protestos. A maioria dos governos sul-americanos de então classificou a destituição como golpe de Estado.

Três anos depois, em 2015, foi a vez de o parlamento brasileiro iniciar um processo semelhante contra a presidente Dilma Rousseff. Para além das acusações contra Lula da Silva, numa operação político-judicial que foi desmontada por milhares de mensagens trocadas pelos procuradores, juizes e advogados do caso divulgadas pelo jornal online *Intercept*, a ex-presa política foi acusada pelos deputados de direita de ter efetuado procedimentos orçamentais ilegais, a famosa “pedalada fiscal”, que na verdade era uma prática comum nos governos de Fernando Henriques Cardoso, Lula da Silva e, até, de Jair Bolsonaro.

Em agosto de 2016, Dilma foi destituída e substituída pelo vice-presidente Michel Temer, abrindo caminho à vitória eleitoral da extrema-direita.

Mas isto não significa que o imperialismo tenha apostado por vias menos violentas. O mais recente golpe contra Evo Morales na Bolívia, derrotado entretanto pela vitória presidencial de Luis Arce mostra como estas intervenções nada têm a ver com democracia. Desde que Hugo Chávez morreu, em 2013, os Estados Unidos, com o apoio da União Europeia, trataram de derrubar Nicolás Maduro por todos os meios. Asfixia económica através de um bloqueio internacional, subversão institu-

cional, atentados terroristas e o já habitual golpe militar clássico.

Colômbia, ponta-de-lança dos Estados Unidos

Antonio Caballero, do *El Espectador*, que veria o seu diretor assassinado e a redação despedaçada por uma bomba num país que encabeçou durante décadas o ranking de jornalistas assassinados no mundo, exclamava: “o rio Magdalena é a coluna vertebral da Colômbia e por ele já só descem cadáveres de homens assassinados”. As principais vítimas eram, com a cumplicidade da oligarquia e do Estado, sindicalistas e comunistas. Pouco mudou.

Nos anos 80, o processo de paz entre as FARC, o ELN e o governo de Belisario Betancur com a participação destas organizações e do Partido Comunista Colombiano abriram caminho à esperança. Surgiu então o partido de esquerda União Patriótica. Mais de cinco mil membros desse partido foram assassinados, entre os quais dois candidatos presidenciais, oito deputados nacionais, 13 deputados regionais, 11 presidentes de autarquias e 70 vereadores.

Agora, depois da decisão das FARC de entregar as armas, já foram assassinados 242 ex-combatentes que confiaram na palavra do governo colombiano. Com uma guerra civil imparável que opõe guerrilhas de esquerda contra narcotraficantes, paramilitares e forças armadas, geralmente, cúmplices, de acordo com acusações de associações de direitos humanos, a Colômbia era em 2014 o segundo país do mundo com mais deslocados internos a seguir à Síria. Mais de 6 milhões de pessoas que procuram escapar da violência.

A guerra ininterrupta que assola o povo colombiano, desde que, em 1948, assassinaram o candidato presidencial liberal Jorge Eliécer Gaitán, tem nas suas origens a propriedade da terra. A maré humana que ainda hoje abandona os campos agrícolas ameaçada pelo terror latifundiário e narcotraficante não tem outra opção senão fugir para as cidades ou ingressar na guerrilha. O Estado, desde cedo, tomou a decisão de apoiar a oligarquia e de votar os camponeses ao abandono. A Colômbia é o ponta-de-lança continental do imperialismo e recebe, há mais de meio século, o apoio financeiro, logístico e militar dos Estados Unidos, através de acordos assinados entre os governos dos dois países ao longo das décadas. Atualmente, a Colômbia tem o maior número de efectivos militares de toda a América Latina. Desta barbárie de contabilidade incerta diz-se que a guerra pode ter levado à morte de quase 300 mil pessoas em

meio século, 8 mil só durante os dois mandatos de Alvaro Uribe, de acordo com o *El País*.

Cuba, tão perto do inferno

Em maio de 2018, morreu em liberdade aos 90 anos o cubano Luís Posada Carriles. Depois da revolução cubana, participou em ações terroristas contra o processo em curso e fugiu para os Estados Unidos onde foi treinado pelo exército norte-americano, antes de se tornar agente da CIA. Participou na invasão derrotada em 1961 em Playa Giron. Foi um dos operacionais da Operação Gladio, em que confluíram forças parapoliciais de vários países, sobretudo europeus, em conjunto com grupos de extrema-direita em atentados e outro tipo de ações.

Em 1976, a explosão de uma bomba na embaixada cubana em Lisboa vitimou dois diplomatas. Nesse ano, outro explosivo fez cair o avião 455 da Cubana de Aviación com 73 passageiros a bordo, sem sobreviventes. Luís Posada Carriles foi um dos responsáveis.

Já nos anos 90, os Estados Unidos financiam uma vaga de atentados contra hotéis em Havana com o objetivo de assustar o turismo e de asfixiar ainda mais a economia cubana. Sufocada por um bloqueio imposto por Washington a todas as empresas estrangeiras que façam trocas comerciais com Cuba, o país encabeça ainda assim indicadores sociais no continente através das políticas públicas de um governo socialista.

Mas o imperialismo recorre a todos os meios para fazer sofrer quem vive em Cuba. A guerra biológica foi um dos instrumentos para destabilizar a ilha, através da introdução de doenças aparentemente criadas em laboratório. Grande parte nunca tinha sido detetada no país. Os arquivos das décadas de 70 e 80 estão cheios de fotografias de crianças com mal-formações. Muitos ajudam a enquadrar a história da resistência cubana no Museu da Revolução em Havana.

Em 1984, o contra-revolucionário de origem cubana Eduardo Arozarena, dirigente da organização Omega-7, confessou, num julgamento nos Estados Unidos, ter introduzido germes como parte da guerra biológica contra Cuba. Afirmou que a introdução da dengue hemorrágica causara 158 mortes em 1981. Um livro publicado em 1993 pelo ex-agente da CIA, William W. Turner, e pelo jornalista Warren Hinckle assumia o recurso a este tipo de agressão durante a administração Nixon.

O assédio permanente dos Estados Unidos contra Cuba é o retrato da incapacidade de respeitar a vontade dos países por parte da maior potência militar da história.

EDITE QUEIROZ

“Vulnerabilidade económica é factor de alto risco para a saúde psicológica”

É psicóloga, especialista em psicologia clínica e da saúde. Edite Queiroz trabalha na Ordem dos Psicólogos e, no contexto da pandemia, tem produzido documentos e informações no sentido de apoiar a população e decisores na gestão prática dos diversos desafios associados às consequências da doença, contribuindo para a promoção da saúde psicológica.



Bruno Amaral de Carvalho

Há quem antecipe uma epidemia de doenças mentais devido à pandemia. Que tipo de consequências cognitivas e comportamentais podemos esperar?

A prevalência de doenças psiquiátricas em Portugal é das mais elevadas da Europa (um em cada cinco portugueses tem um problema de saúde psicológica), pelo que, numa situação de incerteza, com efeitos em tantas esferas da vida, e antecipando uma crise social e económica que sobreviverá à pandemia, não será surpreendente o aumento destes problemas, quer na população geral, quer em grupos com vulnerabilidades prévias. A evidência mostra já um aumento generalizado deste tipo de problemas. Falo, por exemplo, de crises de ansiedade, ataques de pânico, exaustão emocional, per-

turbações de sono, mas poderão aparecer quadros mais graves de stress pós-traumático ou aumento dos números do suicídio. Sabemos que a venda de antidepressivos e ansiolíticos em Portugal disparou logo em Março, uma subida de 28% face ao mesmo período no ano anterior. Existem grupos mais vulneráveis: os idosos, os desempregados, os que têm menos escolaridade, os que vivem em zonas rurais ou os portadores de doenças crónicas ou problemas psicológicos pré-existentes. Os profissionais de saúde estão também muitos expostos, sujeitos a quadros de exaustão que podem levar a um “desgaste empático”. Num país onde quase um milhão de pessoas vive sozinha, o impacto da pandemia na solidão pode também ser enorme.

Quais são os fatores de risco?

Existem diversos factores associados a uma maior vulnerabilidade psicológica, por exemplo, o nível edu-

cacional, viver ou não sozinho, ter ou não problemas prévios de saúde psicológica ou física, ter ou não um trabalho precário. Muitas das medidas que nos foram impostas são, em si mesmas, factores de risco – por exemplo, a quarentena, o isolamento físico, o distanciamento social – na medida em que provocam tristeza, ansiedade, variações de humor, raiva, irritabilidade, solidão e desconexão social e podem conduzir ao aumento dos conflitos, a comportamentos de abuso de álcool e substâncias, violência doméstica, ciberdependências, comportamentos auto-lesivos, etc. Existe também a questão dos lutos, individuais e comunitários, por todas as perdas associadas à pandemia (não me refiro apenas às mortes em concreto, mas à perda de empregos, de segurança económica, de conexões sociais). O dilúvio diário de informação a que somos sujeitos é também um factor de risco. Gera ruído, agrava a ansiedade e o medo, aumenta o sentimento de falta de controlo e diminui a tolerância à frustração e ao

stress. Mas a conjuntura global de incerteza e imprevisibilidade constituirá o principal factor de risco para uma verdadeira crise de saúde mental. Para muitos, a pandemia implicou a paragem da actividade profissional, a perda do emprego ou o layoff, enquanto outros continuaram a trabalhar e permaneceram expostos. Ambas as situações são complexas. A generalização do medo da doença e de um futuro incerto agrava ainda desigualdades sociais pré-existentes (por exemplo, no acesso a cuidados de saúde) e a discriminação e estigma para com grupos socialmente excluídos. Acrescem as dúvidas sobre os efeitos colaterais da pandemia, com consequências extensas nos lares, na sociedade e na economia: famílias destruídas, perda de rendimentos, desemprego, abandono escolar.

Pode o desenvolvimento das crianças ser afetado pelos constrangimentos no seu dia-a-dia?

Os problemas psicológicos das crianças e jovens têm vindo a crescer em Portugal e são os principais preditores de problemas de saúde psicológica na vida adulta. As crianças, tal como os adultos, sentem preocupação, ansiedade e medo (medo de morrer, medo da morte dos pais) e são profundamente afectadas pelo que se está a passar. As medidas que têm vindo a ser implementadas desde o início da pandemia (o encerramento das escolas, a restrição ou inibição dos encontros com amigos e colegas, a educação online, etc.) têm sido altamente disruptivas das rotinas e geradoras de monotonia e desapontamento, stress e ansiedade. É comum identificarmos a escola como a grande promotor do desenvolvimento cognitivo, subvalorizando o seu papel fundamental no desenvolvimento social e emocional. A escola é o local onde as crianças recebem apoios fundamentais para um desenvolvimento pleno. Na altura em que as escolas foram encerradas, um dos maiores problemas prendeu-se com a falta de estrutura, de estímulos e de oportunidades de brincar e de receber apoio essencial para o bem-estar. O isolamento físico torna ainda as crianças mais sedentárias, mais vulneráveis aos efeitos negativos de uma utilização excessiva da tecnologia. Uma combinação de crise de saúde pública, isolamento social e recessão económica pode realmente conduzir a efeitos adversos em termos desenvolvimentais, não só em termos psicológicos, mas também físicos.

A imposição do estado de emergência com todas as suas restrições afeta de que forma a sociedade?

O estado de emergência tem um efeito transversal profundo, com efeitos práticos imediatos no quotidiano das pessoas e efeitos negativos na saúde psicológica. Por maior disponibilidade que todos tenhamos para aderir às recomendações, o facto é que o estado de emergência suprime a vivência plena de várias dimensões da vida – a socialização, o lazer, o acesso à cultura – e nos coloca num paradigma de paralisação da vida social, remetendo para uma lógica de mera sobrevivência que é contrária ao bem-estar e à saúde psicológica. A restrição das liberdades individuais, muitas vezes em situações em que o racional é difícil de entender porque a comunicação não é a mais adequada, pode ser contraproducente, especialmente num momento em que 60%

da população sofre já da chamada fadiga da pandemia, o que implica, entre outras coisas, uma disponibilidade diminuída para seguir recomendações e uma maior propensão para reagir negativamente. É importante que as pessoas se sintam parceiras do Estado no combate à pandemia, ao invés de únicas responsáveis.

A permanente exposição ao alarmismo mediático potencia a ansiedade e o pânico?

Sem dúvida. Quando somos expostos a tal quantidade e diversidade de informações, facilmente se gera a confusão, o pânico e reacções exacerbadas. Refiro-me a estatísticas sobre o número de infectados e de óbitos ou notícias sobre as dificuldades nos sistemas de saúde ou as vacinas em desenvolvimento, que muitas vezes nos chegam de forma descontextualizada, são contraditórias ou mesmo falsas. É natural que acabemos por cair na tentação de difundir *fake news* que podem bloquear respostas eficazes ou aumentar comportamentos de risco. Uma comunicação descontextualizada e alarmista contribui para o aumento do estigma e para a fragmentação da sociedade, polariza grupos sociais e incentiva comportamentos cada vez mais extremados. Isto constitui um problema porque a comunicação adequada do risco é, de facto, uma ferramenta essencial no combate à pandemia. Deve ser clara e honesta, e evitar o sensacionalismo a todo o custo. Isto só se consegue comunicando com base na evidência científica, centrando a comunicação nas pessoas, dirigindo informação específica para grupos específicos. A linguagem deve ser simples e factual, mas incluir referências, estratégias, práticas e acontecimentos positivos (por exemplo, em vez de uma cobertura extensa sobre a morte de uma celebridade por COVID-19, relatar casos recuperados) que possam incentivar a confiança e promover um sentimento de cooperação e esperança.

O teletrabalho é hoje uma ampla realidade. Que impacto pode ter na vida dos trabalhadores e das famílias?

A crise pandémica veio agravar a falta de equilíbrio entre vida familiar e profissional, um problema já antes identificado. O teletrabalho não é uma tendência nova, mas a sua generalização quase instantânea e a necessidade de conjugação do trabalho com as tarefas domésticas, o apoio aos filhos e a assistência aos mais velhos são circunstâncias com riscos acrescidos para os trabalhadores, do ponto de vista físico e psicológico. Mesmo em situações ideais, existem desafios complexos para quem trabalha em casa – por exemplo, a sensação de isolamento, a manutenção da motivação, a gestão do tempo, a dificuldade em desconectar. A própria ilusão de uma certa autonomia (por exemplo, na organização dos horários) é uma falácia: aquilo que a evidência nos mostra é que os trabalhadores tendem a trabalhar mais horas em trabalho remoto, e por isso, o horário de trabalho estipulado facilmente resvala para uma espécie de disponibilidade contínua que corresponde a uma invasão do espaço e do tempo privado, social, de lazer. Conheço várias situações em que o trabalhador se manteve a trabalhar estando doente. Em suma, transportar o trabalho para o espaço doméstico pode agravar a exposição a diversos riscos psicossociais, por exemplo, o presentismo ou o *burnout*.

A OMS oficializou o *burnout* como doença crónica em 2019. O *burnout* é um dos grandes problemas da pandemia?

A evidência científica demonstra que o esgotamento emocional e psicológico tem um preço elevado, com impacto directo na saúde física e psicológica, no funcionamento individual e social e no desempenho profissional. A pandemia veio agravar o nível de exigência em que a actividade profissional é desenvolvida, particularmente em sectores como a saúde ou a educação, somando desafios pessoais complexos a factores de stress ocupacional pré-existent. Falo, por exemplo, na sensação de isolamento, na sobrecarga de trabalho, na sensação de ser ultrapassado pelas circunstâncias, aliada a um sentimento de desamparo ou no reconhecimento insuficiente por parte de responsáveis e/ou da comunidade. O bem-estar e a resiliência emocional dos profissionais de saúde e professores são componentes-chave da manutenção de serviços essenciais durante a pandemia, é importante definir estratégias informadas pela evidência científica para prevenir e intervir nos riscos psicossociais associados a estas actividades – por exemplo, aumentar a consciencialização sobre *burnout* no trabalho, garantir a disponibilidade de apoio psicológico a estes profissionais, melhorar as práticas e políticas organizacionais enfatizando a prevenção e tratamento do *burnout* e promover práticas de atenção e autocuidado, ou seja, acções de promoção da própria saúde e bem-estar. Isto inclui uma boa alimentação e higiene de sono, reservar tempo para si e para a família, não abdicar de actividades de lazer, etc.

A injustiça social, a pobreza, o desemprego e a ausência do Estado podem ser fatores de risco?

Todas as crises económicas são seguidas de um aumento da pobreza e das desigualdades, sendo sabido que o stress provocado pela vulnerabilidade económica é factor de alto risco para a saúde psicológica. A pobreza pode actuar como causa ou consequência, já que a ansiedade e depressão se associam a um efeito de deriva social. Mas a COVID-19 faz distinções de classe, do ponto de vista da propagação, das consequências e do estigma. As taxas de disseminação são mais altas em contextos desfavorecidos, com consequências mais graves em grupos sociais minoritários ou socialmente estigmatizados. Idosos, pessoas com deficiência ou doença mental, populações indígenas, refugiados, migrantes, sem-abrigo e minorias étnicas estão entre os grupos de experianciam maior marginalização social e económica. Estão mais dependentes da economia informal, ocupam áreas e territórios desprotegidos, têm menor acesso a serviços sociais e de saúde ou à tecnologia e menores capacidades para lidar com as consequências da crise. Também em Portugal, a propagação da COVID-19 acompanha o mapa das desigualdades. A pobreza ou a exclusão social atinge mais de metade da população desempregada, para quem a ausência de recursos financeiros se traduz em más condições de alojamento, dificuldades de acesso a educação e a cuidados de saúde, circunstâncias agora agravadas pela pandemia. Não é surpreendente que o ressurgimento de focos da doença se verifique nas periferias residenciais mais desfavorecidas das áreas metropolitanas, onde a ausência de possibilidade de teletrabalho ou a necessidade de continuar a trabalhar para garantir a subsistência obrigou a população a sujeitar-se a uma maior exposição à infecção.

TRANSPORTES

Utentes da Linha de Sintra exigem mais comboios

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra dirigiu uma carta aberta ao ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, em que reclama mais composições perante a falta de oferta num cenário que já era complicado antes da pandemia.

A estrutura composta por passageiros recordou a Pedro Nuno Santos que a necessidade de aumentar a oferta nos transportes ferroviários de Lisboa se coloca desde o alargamento do passe social intermodal e redução tarifária, medidas que levaram a uma maior utilização dos transportes públicos na área metropolitana.

Contudo, esta necessidade aumentou com a pandemia. A necessidade de reduzir a lotação de todos os meios de transporte, tornou-se uma urgência sem resposta do Governo. A Comissão de Utentes afirmou que, desde a reunião tida no início do ano com a tutela, estão identificadas as medidas que podem e “têm que ser adotadas” para se aumentar a oferta na CP, em Lisboa. A par da “recuperação dos oito comboios que estavam há anos a ser canibalizados”, os utentes admitem que “não há alternativa” à compra e entrada em funcionamento de novo material circulante.

De acordo com o *AbrilAbril*, os utentes afirmam que “é necessário substituir toda a frota de Cascais” com a modernização da infra-estrutura e que é também “necessário alargar ainda mais a oferta na CP Lisboa”, e isso, defendem, “só é possível com novo material circulante”. Se esta comissão vê com bons olhos o anúncio, por parte do Governo, da compra de material circulante para o serviço urbano, alerta que, por enquanto, não passa disso mesmo, uma vez que até ao momento não foi lançado qualquer concurso nem adquirido nenhum comboio.

“É lamentável o arrastamento destes processos durante anos”, critica a carta, sublinhando que “todos os concursos e processos de aquisição de material circulante, lançados nos últimos 20 anos, acabaram por ser



A necessidade de reduzir a lotação tornou-se uma urgência sem resposta do Governo.

cancelados”, e que, desde a anterior legislatura, o Governo do PS não comprou “um único” comboio.

A Comissão de Utentes reivindica ainda o investimento numa nova ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e o Porto, a fim de libertar a Linha da Azambuja para o serviço urbano. A “possível inclusão” deste investimento como uma prioridade nos planos ferroviários nacionais é encarada pelos utentes como um avanço, embora lamentem “inaceitável lentidão destes processos” e, principalmente, da sua concretização, cita o *AbrilAbril*.

COVA DA MOURA

Tribunal confirma sentença contra polícias

Oito agentes da PSP viram confirmadas as sentenças que dão como provados os crimes de sequestro agravado, ofensas à integridade física qualificada, injúria, denúncia caluniosa e falso testemunho contra vários jovens da Cova da Moura em 2015. Um dos polícias vai mesmo cumprir prisão efetiva.

O Tribunal de Relação de Lisboa (TRL) confirmou a histórica condenação dos agentes da esquadra de Alfragide, na Amadora, por crimes contra os seis jovens, dois dos quais membros da Associação Cultural Moinho da Juventude, distinguida com o prémio de Direitos Humanos, pela Assembleia da República.

Tanto os agentes como as vítimas recorreram da sentença que foi agora confirmada. Os polícias negavam as acusações e os jovens pediam penas mais duras, já que só um dos agentes foi condenado a prisão efetiva.

O caso remonta a fevereiro de 2015 quando um jovem do bairro da Cova da Moura, na Amadora, foi detido por ter alegadamente apedrejado uma carrinha da polícia, de acordo com a versão dos agentes que foi desmentida pelo tribunal. Um grupo de jovens deslocou-se à esquadra local para saber da situação de Bruno Lopes e acabaram ilegalmente detidos e agredidos. À frente da estação policial, foram baleados e, posteriormente, sequestrados. Posteriormente, os agentes mentiram nos autos para incriminar os jovens.

É o que diz a sentença proferida então pela juíza Ester Pacheco. “O que aconteceu foi sem dúvida um grave abuso de autoridade”, destacou a presidente do coletivo de juizes sobre este caso sem precedentes na justiça portuguesa. A magistrada citou ainda o Código Deontológico da PSP e afirmou que o dever da polícia é “proteger a dignidade humana” e que estes agentes “se excederam nas suas funções”.

A VOZ do corvo



A manta curta...

É uma questão que nos acompanha sempre, individual, familiar ou coletivamente – como aumentar os recursos de que podemos dispor e como deles obter os maiores benefícios, individual, familiar e coletivamente.

Em suma, como orçamentar, ou seja, como equilibrar o que se ganha com aquilo que se gasta e com que critérios é que se gasta...

Tem o povo bem expressiva imagem em relação a uma situação que afeta cada um de nós quotidianamente, afeta as famílias mensalmente (a dolorosa taxa

de esforço da habitação, a alimentação, as contas do gás e da eletricidade, o vestuário, a educação, a saúde e a higiene e por aí fora) e afeta a governação do país, que é como quem diz, afeta todos nós quando em cada ano se discute e aprova o Orçamento do Estado – é a imagem da manta curta que não dá para proteger do frio ao mesmo tempo as orelhas e os pés, pois quando se tapa em cima, destapa-se em baixo e, por mais que a pessoa se encolha, nunca mas se chega ao conforto.

É o que se passa com o Orçamento do Estado e a dificuldade acrescida em relação à imagem popular de que agora haverá forçosamente que, ao mesmo tempo, aconchegar as orelhas e os pés...

Haverá que distribuir equitativamente benefícios, sacrifícios e determinar prioridades.

Tarefa difícil pois vejam-se as lucubrações que podem surgir na cabeça de qualquer cidadão meditativo: o que é que se apresenta como prioritário:

Que alguém que ocasionalmente tenha de ir de Lisboa ao Porto, usando o comboio, lá chegue uma hora mais cedo ou que alguém que more em Sintra, em Cascais, em Vila Franca de Xira ou no Pinhal Novo parta

um quarto de hora mais tarde de casa, de manhã, e regressar a casa, à tarde, um quarto de hora mais cedo e assim ganhe, todos os dias, meia hora de vida.

Que se comprem dois submarinos (como já sucedeu) ou qualquer outro material de guerra que, sem dúvida, daqui a alguns anos estará obsoleto e poucos anos depois estará certamente na sucata ou se equipem os hospitais com o necessário material de saúde? e isto num território, como o nosso, onde há dois séculos não há guerra (situação que na Europa só ocorre em mais um ou dois estados)?

Gastar milhões de euros em recursos humanos e materiais na luta contra os incêndios que, fatal como o destino, queimarão hectares e hectares do nosso país, ou ordenar o território, dando a cada um desses hectares o aproveitamento para que esteja mais vocacionado, seja a reserva natural, a floresta, a estufa ou o imobiliário e isso seja justo e útil para quem lá viva e para todos os outros.

Em suma, é bem difícil fazer qualquer orçamento.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosSaudamos
e esperamos

No número de outubro deixamos a ideia, que nem sequer é original, de ser utilizado o táxi como resposta às carências de oferta de transporte coletivo.

Assim, foi acolhido com satisfação anúncio de que iria ser estudada a possibilidade de o passe social poder ser utilizado nas Áreas Metropolitanas para o uso do táxi, não porque veja alguma possibilidade de estar um artigo do jornal A Voz do Operário na origem desta decisão, mas porque defendo ser uma hipótese com possibilidades para responder a uma grave carência no nosso país.

O problema, espoletado pela pandemia, é muito antigo. Habitualmente classifico a situação das populações, que a partir de horas não compatíveis com as suas necessidades não têm transporte público, como sujeitas ao recolher obrigatório. Essas não necessitam do estado de emergência, a não ser que utilizem o transporte próprio.

Onde pretendo chegar, é que a medida só peca por tardia e é necessária, qualquer que seja a situação sanitária do país.

O anúncio é feito para as Áreas Metropolitanas, mas é bom que se entenda apenas como resposta às carências de transportes de duas zonas territoriais, sendo necessário alargá-la a todo o país, pois fora daqueles espaços a situação é muito mais grave.

Sendo o chamado interior o mais penalizado, não se lhe restringe. A título de exemplo refira-se a facto da inexistência de oferta de transporte coletivo em aldeia próxima de Fátima.

Saudamos o anúncio e esperamos que se concretize, não estando mais uma vez perante analgésico para reduzir a temperatura da pressão do setor do táxi, a que se junta a das vítimas do sistema chamado TVDE.

As plataformas de oferta de transporte são, para o setor do táxi, um vírus anterior ao Covid-19. Para se propagar necessitou de trabalhadores para poder arrecadar o fruto do seu trabalho, agravando progressivamente as condições de exploração, o que levou à situação desesperada em que muitos se encontram.

O problema para os taxistas tem origem na política de portas abertas ao grande capital, cujos responsáveis são os representantes dos partidos que viabilizaram o transporte tipo TVDE. Espera-se que agora possam remediar o mal que fizeram.

Rego Mendes

SEIXAL

População exige
transporte fluvial

Autarquia propõe solução para manutenção do serviço, que governo ignora.

A ligação fluvial entre o município da Margem Sul e Lisboa é uma das vias estruturais entre os dois municípios. Milhares de trabalhadores e estudantes deslocam-se diariamente através das embarcações da Transtejo de uma margem para a outra. Só que a 26 de outubro, sem comunicação prévia à autarquia, como denunciou na altura o presidente da Câmara, os utentes ficaram impossibilitados de utilizar o terminal fluvial devido a obras de substituição do pontão de embarque.

No fim de outubro, um protesto da Comissão de Utentes exigiu a suspensão imediata das obras enquanto a empresa concessionária não proporcionar uma alternativa que garanta a continuidade do tráfego fluvial entre o Seixal e Lisboa. Sem um meio que garanta uma deslocação mais rápida, a autarquia da Margem Sul critica as últimas declarações do minis-

tro do Ambiente sobre o encerramento do terminal fluvial, onde afirmou que não havia alternativa.

A autarquia liderada por Joaquim Santos reiterou em novembro que a proposta apresentada no ofício enviado a João Pedro Matos Fernandes, de colocar um pontão flutuante no antigo terminal fluvial para que a população possa continuar a usar o barco, “é exequível” e “teria sido desejável que o ministro do Ambiente a tivesse ponderado, em vez de a desvalorizar”.

Num comunicado, Joaquim Santos insiste que “a solução alternativa que a Câmara Municipal do Seixal apresentou em seis dias, e que o Governo não foi capaz de encontrar em seis meses, manteria o funcionamento do transporte fluvial no concelho do Seixal”, evitando assim prejudicar milhares de utentes e sobrecarregar outros meios de transporte, que “já se encontram acima da sua lotação”.

LISBOA

PS e BE aprovam orçamento municipal

Com um total de 1,15 mil milhões de euros, menos 11% em relação ao ano anterior (1,29 mil milhões), o orçamento municipal de Lisboa para 2021 foi aprovado com os votos favoráveis do PS e BE e a rejeição dos restantes partidos.

Na mesma sessão, foi aprovado por unanimidade um pacote de 55 milhões de euros para dar apoio às famílias, empresas e ao movimento associativo local. Entre as medidas, há 20 milhões de euros a fundo perdido para lojas e restaurantes e dois milhões para empresas do sector cultural.

Na reunião, o Público dá conta que o PCP criticou a fraca taxa de execução orçamental de anos passados anteriores. Em 2019, a câmara tinha proposto executar 252 milhões de euros de investimento mas ficou-se pelos 164 milhões. O BE juntou-se aos comunistas apesar de ter votado a favor do orçamento uma vez mais. O vereador Manuel Grilo, do BE, que governa em coligação com Fernan-

do Medina, afirmou que “a execução do orçamento, tanto na câmara como nas empresas municipais, e em especial em obras públicas, sofre atrasos pesados e sistemáticos” e que a situação é “particularmente desastrosa” na vertente público-privada do Programa de Renda Acessível.

O vereador Jorge Alves, do PCP, apresenta, aliás, esta como uma das razões para justificar o voto contra do partido ao orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP). “Há uma taxa de execução muito fraca. Do conjunto de propostas apresentadas pelo executivo, pouco mais de 25% foram concluídas. E estamos a entrar no último ano do mandato”, sublinhou o vereador comunista. Ainda assim, o PCP conseguiu um princípio de entendimento com a maioria para que seja incluído nas GOP a oferta do passe Navegante aos trabalhadores da câmara e das empresas municipais.

MEDIA

Protestos na Global Media contra despedimentos

O SITE Norte realizou uma ação de protesto em frente ao Jornal de Notícias, no Porto, contra o despedimento de 81 trabalhadores da Global Media, entre jornalistas e funcionários do setor gráfico. À iniciativa juntou-se também o Sindicato dos Jornalistas.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte (SITE Norte), da CGTP-IN, contestou, através de comunicado, que a decisão anunciada em outubro pela dona do Jornal de Notícias, O Jogo, TSF e Diário de Notícias, entre outros títulos, “é inaceitável e acarreta graves custos sociais e económicos para estes trabalhadores”.

“Numa altura em que a manutenção dos postos de trabalho e a garantia de um futuro para todos é fundamental”, sublinha o sindicato, “a pandemia não pode justificar tudo”. Nesse sentido, contesta o “contrato de publicidade institucional de mais de um milhão de euros”, a que a Global Media recorreu em 2020.

Para além deste apoio, os trabalhadores denunciam o acesso, nos últimos anos, a “mais de 15 milhões de euros, através de investimentos de capital e de perdões de dívida”, assim como ao lay-off simplificado que foi aplicado a 530 trabalhadores.

A venda dos edifícios históricos do Diário de Notícias, em Lisboa, e do Jornal de Notícias, no Porto, é outro dos aspectos denunciados pelo sindicato, “que não aceita que sejam sempre os trabalhadores a pagar a fatura”.

Em setembro, altura em que o empresário Marco Galinha se tornou o novo acionista do grupo Media Capital, através da compra de participações, designadamente do Novo Banco (10,5%), por cerca de quatro milhões de euros, revelava-se, segundo o *AbrilAbril*, que o acordo com a administração previa mais cerca de seis milhões de euros que o empresário de Leiria teria de injetar com vista ao despedimento de 120 pessoas no grupo. Um dos seus



Processo de despedimento visa 81 trabalhadores.

anúncios foi a nomeação de António Saraiva, representante da associação patronal CIP, para chairman do grupo.

A notícia de mais um despedimento coletivo na Global Media suscitou também uma pergunta da bancada parlamentar do PCP à ministra da Cultura. A par de questões concretas, como qual foi o valor pago ao grupo no âmbito do lay-off e que medidas serão tomadas pelo Governo face a este despedimento coletivo, os comunistas reiteraram que a concentração da propriedade no setor da comunicação social se traduz na degradação das condições de trabalho.

Uma realidade, defendem, marcada por despedimentos, precariedade, baixos salários, desregulação de horários de trabalho, trabalho extraordinário não pago, instabilidade e pressão”.

TRABALHO

Ficar com os filhos em casa implicou perda de rendimentos

A CGTP-IN exigiu que o Ministério do Trabalho garantisse, através da Segurança Social e das empresas, o pagamento aos pais que faltaram ao trabalho nas pontes de 30 de novembro e 7 de dezembro para ficar com os filhos.

Segundo o comunicado da Intersindical, está em causa “o cumprimento da lei”, uma vez que os trabalhadores não podem ser prejudicados devido à suspensão das atividades letivas decretada pelo Governo.

No âmbito da regulamentação do último decreto do estado de emergência, António Costa anunciou a suspensão letiva nas vésperas dos feriados de 1 e 8 de dezembro e dispensou os trabalhadores da administração pública. Apesar do apelo à tolerância de ponto também no setor privado, não havendo efeito obrigatório, esses trabalhadores só têm direito à remuneração caso os patrões estejam de acordo.

Para a CGTP-IN, esta situação não é aceitável. “O Governo não pode decidir fechar as escolas e não querer

cumprir a lei que regula a retribuição das faltas dos trabalhadores para ficarem com os filhos”, defendeu.

A Intersindical lembrou que não existe tolerância de ponto generalizada para os trabalhadores do setor privado, que ficam dependentes da vontade dos respectivos patrões, e por isso tem de ser aplicado aos trabalhadores que tenham de faltar ao trabalho para prestar assistência aos filhos o regime previsto no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, com as devidas adaptações, que não foi revogado.

Com a aplicação deste regime, os trabalhadores teriam direito a receber um apoio correspondente a dois terços da sua retribuição base, pago em partes iguais pela entidade empregadora e pela Segurança Social.

Os trabalhadores “devem preencher o formulário correspondente e remetê-lo à respectiva entidade empregadora, que, por sua vez, o remeterá aos serviços de segurança social competentes”, pode ler-se no comunicado.

A VOZ dos livros



O Punho e o Centenário de Bernardo Santareno

Bernardo Santareno, se vivo, faria agora cem anos de existência.

Foi um escritor tardio. Quando publicou o seu primeiro livro de poesia, *Morte na Raiz*, em 1954, já a primeira geração neo-realista estava plenamente consolidada.

Estudou, licenciou-se em psicologia social, esteve, por duas campanhas, nos anos 1957/58, como médico, a bordo dos navios da frota bacalhoeira. Essa experiência singular vivida entre os pescadores, serviu-lhe como tema para alguns dos seus primeiros livros, nomeadamente as crónicas de *Nos Mares do Fim do Mundo*, em que o autor descreve o quotidiano de um grupo de homens, lutando contra a natureza inóspita, na pesca do bacalhau.

Publicou, ao longo dos seus escassos 36 anos de vida literária, 19 admiráveis peças de teatro, que o transformaram no nosso mais produtivo e genial dramaturgo de sempre e um autor de dimensão universal.

Das suas peças, salientamos *A Promessa*, *A Excomungada*, *António Marinheiro*, *O Lugre*, *O Duelo*, *O Pecado de João Agonia*, *O Crime de Aldeia Velha*, *A Traição do Padre Martinho*, *O Judeu, Português, Escritor*, *45 anos de Idade*, *Inferno* e a sua derradeira peça *O Punho* texto em que o autor se debruça, em exaltação e fascínio, sobre essa bela conquista de Abril que foi a Reforma Agrária, percorrendo, em discurso dialéctico, a análise do contexto sócio-político e o processo reaccionário, que conduziu ao seu fim. É neste texto, em que as posições sociais e políticas de Santareno, melhor se expressam, dado que livre das grilhetas censórias.

O Punho teve estreia absoluta a 19 de Novembro, pela Escola de Mulheres, sendo a última encenação de Fernanda Lapa, à qual devemos a ideia de dar dimensão nacional às Comemorações do Centenário, gizando um vasto e ambicioso programa, em parte frustrado pela pandemia, e pela escassez de apoios estatais.

É no afrontamento crítico, através de signos sociológicos, que a escrita de Santareno se afirma contra os códigos vigentes, contra a Censura e pôde, subrepticamente inscrever no seu teatro um amplo sentido libertário, de justiça e de dignidade do humano. O seu teatro, pela linguagem, a um tempo lírica e agreste, excessiva nas suas reverberações semânticas; pelos temas que aborda (a solidão, os medos, o místico, o desejo, a morte, o erótico) é, não apenas de ressonâncias ibéricas ou limitado a um universo de cultura latina ou mediterrânea, mas de clara expressão universalista.

A obra de Bernardo Santareno está viva, aguardando dias mais atentos e justos. A sua voz continua connosco clara e incisiva, a convocar-nos para a luta necessária, como nestes versos que o Coro entoa ao longo da peça *O PUNHO: Um homem só nada vale, / Amigos, agora sei: / Unidos no bem e mal, / Valem mais do que um rei.*

Domingos Lobo

TAP

Sindicatos contestam plano do Governo

Os trabalhadores da TAP começaram a receber mensagens da companhia aérea por correio eletrónico, poucos dias depois do anúncio do plano de reestruturação. Este prevê o despedimento de 750 trabalhadores de terra e 500 pilotos, para além de um corte de 25% nos salários, que só não abrange os mais baixos, de acordo com um comunicado conjunto de sete sindicatos, divulgado na sequência de uma reunião com a administração.

Num documento subscrito por diferentes sindicatos dos trabalhadores do setor, o objetivo do Governo é alvo de rejeição, que recebe também o repúdio do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC). Esta estrutura lamentou, noutro comunicado, o despedimento de cinco centenas de pilotos, sobretudo “depois de muitas semanas” em que manifestaram a sua “disponibilidade para colaborar na definição dos pressupostos técnicos, económicos e financeiros para as medidas de reestruturação”. Diz o SPAC que a resposta “surpreendente” veio sob a forma de “uma percentagem de cortes nos vencimentos e de um número de pilotos da TAP a dispensar sem qualquer justificação ou critério”.

Também a direcção do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) lamentou, noutro comunicado, o despedimento de 500 pilotos, sobretudo “depois de muitas

semanas” em que manifestaram a sua “disponibilidade para colaborar na definição dos pressupostos técnicos, económicos e financeiros para as medidas de reestruturação”. Diz o SPAC que a resposta “surpreendente” veio sob a forma de “uma percentagem de cortes nos vencimentos e de um número de pilotos da TAP a dispensar sem qualquer justificação ou critério”.

A plataforma de sindicatos da TAP alertou ainda para o objetivo de uma redução global de 3 mil trabalhadores do quadro, pela imposição de medidas “voluntárias”, como rescisões por mútuo acordo, licenças sem vencimento de longa duração, trabalho a tempo parcial e outros mecanismos.

Há ainda a possibilidade de os despedimentos virem a abranger os “cerca de 1600 trabalhadores contratados a termo desde abril de 2020 até março de 2021”, que não terão os seus contratos renovados, o que, na prática, totaliza uma redução de “4600 num universo de quase 11000 trabalhadores”, denunciam os sindicatos.

A situação complica-se ainda mais com o fim dos apoios do Governo à retoma progressiva, já a partir do dia 1 de dezembro, o que significa que os trabalhadores voltam a cumprir o seu horário completo. Para os sindicatos, esta decisão clarifica um “objetivo do Governo” de



“despedir 60 dias após os apoios recebidos”.

O plano de reestruturação da TAP está a ser preparado por uma consultora, a Boston Consulting Group, e tem que ser apresentado à Comissão Europeia até 10 de dezembro.

Trata-se de uma imposição da União Europeia, como contrapartida a um investimento do Estado que poderá ser de 1200 milhões de euros, para fazer face às dificuldades da companhia, decorrentes do impacto da pandemia de Covid-19 no setor da aviação.

Entretanto, centenas de trabalhadores da TAP concentraram-se em frente à Assembleia da República, em Lisboa, para exigir diálogo e transparência, no âmbito do processo de reestruturação do grupo.

CONGRESSO PCP

Comunistas reafirmam necessidade da luta

O PCP reuniu em congresso nos dias 27, 28 e 29 de novembro em Loures com a participação de apenas 600 delegados com fortes medidas de higiene e distanciamento. O órgão máximo dos comunistas culminou um longo processo de discussão que começou no princípio do ano com a participação da maioria das organizações do partido na construção da resolução política entretanto aprovada no congresso. O documento reflete a análise do PCP sobre questões internacionais, a situação do país, sindicatos e movimentos sociais e

a realidade interna do partido.

Também em Loures, no Pavilhão Paz e Amizade, os delegados aprovaram a nova composição do Comité Central que, por sua vez, elegeu os organismos de direção.

No encerramento do XXI congresso do PCP, Jerónimo de Sousa, reeleito secretário-geral, chamou a atenção para a deterioração da situação social e para o aumento do número de portugueses vítimas do aprofundamento da exploração, do desemprego e da pobreza.

Uma realidade que, segundo o líder comunista, “não

se combate com estados de emergência excessivos e inconsequentes”, mas antes “com medidas de emergência social, dando sentido e dimensão ao objetivo de que ninguém deve ficar para trás”.

Jerónimo de Sousa reafirmou a necessidade de “travar a destruição de setores económicos, assegurar o emprego e a vida de muitos milhares de micro e pequenos empresários”, assim como de reverter o caminho de recessão económica e impedir o retrocesso social, por via da melhoria das “condições de vida dos trabalhadores e do povo”.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

preços sob consulta

PROCURA ESPAÇOS PARA ENCONTROS DA SUA ORGANIZAÇÃO OU EMPRESA?

 Sistemas de som e imagem
 Ligação à internet
 Cumprimento das normas de higiene

contatos
paulacarvalho@vozoperario.pt | 218 862 155

auditório

curiosos
seminários
palestras
apresentações
lotação 30 pessoas

salão de festas

conferências
congressos
palestras
apresentações
lotação 140 pessoas

pavilhão multiusos

convívios
seminários
demonstrações
reuniões
lotação 75 pessoas



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

FUTEBOL

A despedida do ‘barrilete cósmico’

Diego Armando Maradona é considerado o melhor jogador da história.

Bruno Amaral de Carvalho

“Vocês não sabem o que perderam”, podia ler-se na parede de um cemitério no dia em que a principal cidade do sul de Itália rebentou numa explosão de alegria. Pela primeira vez na sua história, o Nápoles conquistava o campeonato italiano contra tudo e contra todos. O inesperado fenómeno foi possível graças a um jovem que nasceu numa favela pobre de Buenos Aires e cujo sonho não era mais do que poder comprar uma casa aos pais. Sem características físicas que o pudessem prever e ao contrário da maioria dos grandes jogadores, Diego Armando Maradona consagrou-se no sopé do Vesúvio, num clube mediano de uma cidade estigmatizada.

Em Nápoles, depois de não ser bem sucedido no Barcelona, o jogador argentino carregou em ombros uma equipa que representava os trabalhadores e o povo do sul, a que os do norte chamavam “terroni”. Ou seja, cor de terra. Cor de quem trabalhava sol a sol nos campos ou no mar. Historicamente mais pobre, o Nápoles de Maradona foi a bandeira de uma cidade maltratada, caricaturizada pela miséria, exclusão social, tráfico de droga e máfia.

Com a morte do astro, desaparece uma lenda viva do futebol. Talvez no futuro digam que fomos privilegiados porque coexistimos no tempo histórico do ‘barrilete cósmico’, como lhe chamou Víctor Hugo Morales, o narrador do épico jogo contra Inglaterra no Mundial de 1986. Foi precisamente nessa partida, no México, país onde a Argentina se sagrou campeã, que os dois golos de Maradona resgataram a dignidade perdida quatro anos antes na guerra nas Ilhas Malvinas entre os dois países. Os argentinos tinham sido humilhados pelas tropas britânicas e despojados, uma vez mais, de um território que continuam a reivindicar como seu.

O impacto da morte de Maradona não pode apenas ser compreendido pelo seu papel em campo. As cerimónias funebres, tão caóticas, emocionantes e populares como a sua própria vida, mostram a marca do futebolista na identidade argentina. Mas também no planeta. Na Argentina, a comoção é ainda absoluta. Como Gardel, Evita e Che Guevara, Diego Armando Maradona sobe ao Olimpo das referências históricas de um povo que celebra a vida com paixão. Nasceu no bairro pobre de Fiorito e morre velado no palácio presidencial.

Noutras partes do mundo também se chorou Maradona. Na Síria, num



Photo by Jack Hunter on Unsplash

edifício destruído pela guerra, apareceu uma pintura dedicada ao jogador argentino. Em Nápoles, a noite foi de lágrimas e peregrinação, numa cidade repleta de murais com o gigante do futebol, que lhe deve muita da auto-estima que hoje tem. O clube Nápoles

anunciou que vai dar ao seu estádio o nome de Diego Armando Maradona.

Mas como em todas as paixões os defeitos varrem-se para debaixo do tapete porque Maradona para muitos estava acima de tudo isso. Eduardo Galeano defendeu que foi adorado não só pelo prodígio

dos seus malabarismos futebolísticos mas também porque era um “deus sujo, pecador, o mais humano dos deuses”.

“Jogava melhor do que ninguém apesar da cocaína e não por causa dela. Estava angustiado pelo peso do seu próprio personagem. Tinha problemas na coluna vertebral desde o longínquo dia em que a multidão gritou o seu nome pela primeira vez. Maradona carregava um fardo chamado Maradona, que lhe fazia doer as costas. O corpo como metáfora: doíam-lhe as pernas, não conseguia dormir sem comprimidos. Não demorou a perceber que era insuportável a responsabilidade de trabalhar como deus nos estádios mas desde o princípio soube que era impossível deixar de fazê-lo”, descreveu o escritor uruguaio.

O facto é que a sua personagem foi controversa. Desde o consumo de drogas, graças aos seus contactos com a Camorra, aos filhos não reconhecidos, das acusações de violência contra a sua mulher, ao recurso à prostituição. Com todas as contradições foi também o jogador consagrado que se dedicou a denunciar o sujo mundo do dinheiro no futebol ao mesmo tempo que defendeu atletas que não eram famosos. Foi alguém que nasceu na pobreza e que apesar da consagração nunca renegou as origens. E levou tudo isso para os campos de futebol e para fora deles.

Se a sua genialidade foi truncada pela cocaína, nas cloacas do capitalismo, foi Cuba que o conseguiu resgatar da toxicodependência. A sua relação com Fidel Castro, que considerava o seu segundo pai, e a sua admiração por Che Guevara foram expressão de um compromisso com a luta dos povos contra o imperialismo. Foi justamente Diego Maradona que acompanhou líderes como Hugo Chávez, Nestor Kirchner e Evo Morales no enterro definitivo do projeto neoliberal encabeçado pelos Estados Unidos de George W. Bush conhecido como ALCA.

Mas se então, em plena vaga soberanista e anti-imperialista na América Latina, era fácil assumir esse reto, Maradona nunca deixou de estar do lado de Cuba e da Venezuela nos momentos mais difíceis. Sem se preocupar, como outros, sobre o que significaria para a imagem do melhor jogador da história apoiar países ostracizados pelo resto do mundo, Diego deu a cara sem pedir nada em troca.

Pagou e assumiu em vida muitos dos erros que cometeu mas a razão por que há o aplauso de um planeta inteiro, apesar das luzes e sombras, deve-se ao talento de um homem que nunca renegou as suas origens, o “mais humano dos deuses”.

ARTE

Cruzeiro Seixas, o capitão do seu navio

Maria João Pereira

Quer seja percebido como um período que transcorre entre dois acontecimentos, ou como uma mudança contínua e irreversível segundo a qual o presente se torna passado e o futuro presente, o tempo permanece irrepreensível enquanto nele estamos imersos sem hipótese de abstração. À passagem, o tempo leva-nos os corpos mas não todos os seus preciosos frutos e restar-nos-á a habilidade de os sabermos visitar. Artur do Cruzeiro Seixas não se poupou a facilitar-nos o caminho. Além de todas as pinturas deixou-nos as suas cartas, palavras avulsas, recados e recortes – e a eles podemos voltar sempre, num exercício de espanto, de pergunta e de entusiasmo.

Tivesse vivido até este Dezembro e teria passado por uma centena de anos mas preferia a brutal honestidade das coisas como elas são, de viver e ver da vida todas as contradições, ângulos mortos, exaltações e alarmes, convulsões e apaziguamentos, sem arredondar os resultados. Mas seria triste que o remetêssemos agora a uma cronologia, falássemos da sua vida por marcos, prémios e títulos, ignorando justamente que para ele tudo poderia caber numa sucessão de colagens e memórias recortadas em cadernos não-diários. Disse que vivia *alegremente no caos*.

Desde os tempos de escola, na António Arroio, deu sinais de um compromisso irrevogável que o colocava na vida como *capitão do seu navio* – sendo levado e levando pela mão amigos que tentavam *levantar o mundo do chão*. Sempre recusou títulos que o afastassem da condição de ser gente, não queria ser o *pintor* mas antes o *homem que pinta*, “um tipo que faz coisas”. Apesar de uma

primeira aproximação ao neo-realismo, rapidamente integrou o movimento que considerava que propunha uma efectiva revolução no universo artístico e na vida, e assim se manteve sempre, um Surrealista.

Quando partiu com a marinha mercante para o Extremo Oriente, Índia e se fixou em África (mais concretamente em Angola), ter-se-á encontrado com a materialização dos seus *impossíveis*: retratos do absurdo e inominável, objectos intratáveis e inflexíveis aos desígnios da compreensão, coisas que (como nós mesmos) se constroem à medida da passagem do tempo, como aliás, construía o seu trabalho (um poeta que se senta a ver o verso ganhar a forma que quiser ter, que *pode* ter).

Depois de África, a Europa e um posterior regresso: colaboração com as Galerias 111 e São Mamede onde pôde divulgar outros olhos e outras mãos, uma bolsa da Gulbenkian, ilustrações, edições, antologias, poemas e cartas, formação do Centro de Estudos do Surrealismo na Fundação Cupertino de Miranda, onde acabou por guardar os seus tesouros para que todos os pudéssemos ver.

O seu amigo de sempre, Mário Cesariny disse que “se os desenhos à pena são rumores de catástrofe, braços de bichos cegos, ciclistas despernados, vítimas todos de naufrágio na luz, nos objetos e na pintura, talvez pelo socorro da cor, é sempre de ironia que se trata, comentário à maneira com que o sol se põe. Ou a janela se abre. Ou a perna se estica. Não haverá maneira mais incómoda de habitar o planeta? Sumptuoso ou selvagem, amável ou terrível, Cruzeiro Seixas dá a outra hipótese, visão objectiva de quem está mas não vai demorar: não é para nós o consumo das coisas”.

Somados os anos também se somaram as distinções, prémios e condecorações – mas nenhum destes néons

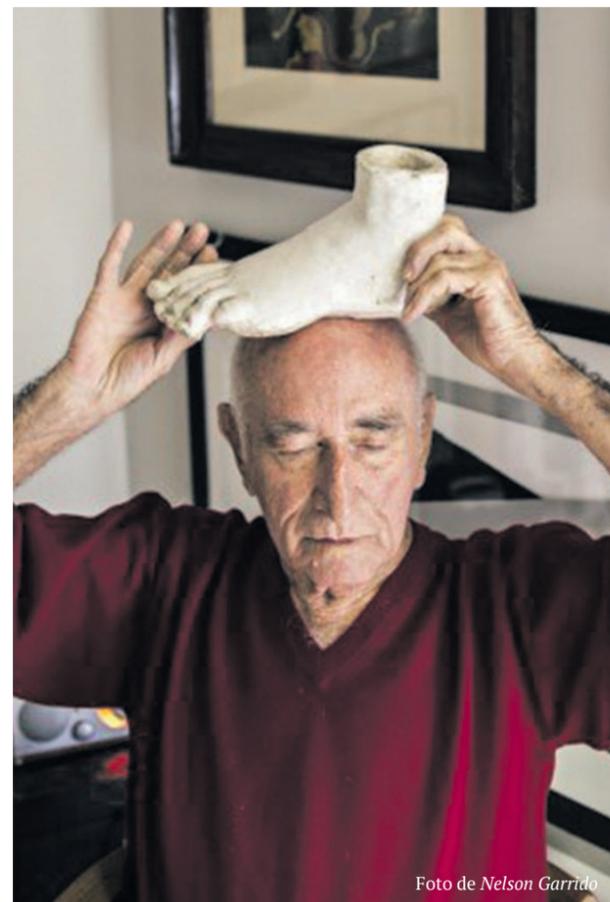


Foto de Nelson Garrido

O “último surrealista” morreu no passado 8 de novembro.

o impulsionava, viveu para o sobressalto da imaginação. Viveu mesmo.

Agora, com a sua partida, recusamos levantar o braço em despedida. Recusamos equipará-lo à Matemática, a uma verificação axiomática; pensaremos nele como na Física ou na Química, com um tatear cauteloso mas sobretudo incerto, porque não estando a lidar com verificações estamos certamente a lidar com teoremas – sobre o sonho que se constrói dia-a-dia frente aos nossos olhos. Nele veremos tanta beleza quanta atenção lhe saibamos emprestar.

Sugestões culturais

Que Grande Estrondo

João Fazenda



O Pato Elias e o Dinossauro Rex correm pela rua: o Pato está atrasado e o Dinossauro persegue um coelho para o assustar. Não dão um pelo outro e chocam com grande estrondo. Não se magoam mas depois desse choque, tudo nesse dia será diferente. Descobrirão que as coisas não são sempre como parecem e que às vezes é preciso mudar de lugar para perceber melhor o que nos rodeia. Em cena no Luca, de 10 a 20 de dez.

Os Filhos dos Dias

Eduardo Galeano



A editora Antígona prossegue a publicação do escritor uruguaio, agora com este conjunto de trezentas e sessenta e seis histórias, uma para cada dia do ano, onde Galeano “recorda heróis esquecidos e ilustres anónimos, lendas famosas e feitos de que não reza a História, mulheres e homens de todas as épocas e dos quatro cantos do mundo, compondo o mosaico colorido da grandeza e fragilidade da vida neste planeta.”

Oh Sweet Solitude

Tiago Sousa



O novo álbum do compositor traz 9 composições para piano que “continuam e expandem o caminho estético inaugurado por ‘Insónia’ (2009) em que o carácter livre e improvisativo de abordagem minimalista dialoga com a música contemporânea e exploratória, com o jazz e com a música impressionista francesa para formar uma identidade muito própria”. O músico procura, assim, afastar-se de uma ideia de cânones tradicionais.

Something happened on the way to heaven - Kiluanji Kia Henda



É a primeira grande exposição dedicada a Kiluanji Kia Henda (Luanda, 1979), um dos mais relevantes artistas e ativistas africanos no panorama da arte contemporânea. A mostra apresenta esculturas e instalações e alguns trabalhos fotográficos, e é formulada como uma observação sobre o mundo mediterrânico com duplo sentido – um idílio aparentemente paradisíaco que revela a presença do seu oposto.

Alfredo Guisado: o poeta do Orfeu que foi presidente de *A Voz do Operário*



Alfredo Guisado [Arquivo Histórico Parlamentar].



Alfredo Guisado, à direita, recebe a medalha de ouro de Lisboa para a Sociedade A Voz do Operário [Arquivo Municipal de Lisboa].

Luís Carvalho, investigador

Pelo 45º aniversário da sua morte, recordamos este vulto da cultura de Portugal e da Galiza.

Filho de imigrantes galegos, Alfredo Guisado nasceu em Lisboa, em 1891. E seria à volta de uma mesa no restaurante da sua família, no Rossio, que em 1915 surgiu o Grupo Orfeu.

Foco de inovação e criatividade estética no Portugal da 1ª República, entre os seus elementos estiveram figuras como Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros e Mário de Sá Carneiro. E esteve um futuro presidente de *A Voz do Operário*.

Entre 1949 e 1953, Alfredo Guisado foi quatro vezes eleito para presidir à Assembleia Geral ou ao Conselho Fiscal desta Sociedade de Instrução e Beneficência.

Quando em 1953 *A Voz do Operário* foi homenageada com a medalha de ouro da cidade de Lisboa, foi Alfredo Guisado quem em seu nome a recebeu.

O seu contributo não ficou pelo desempenho dessas funções.

Foi um dos oradores no aniversário de *A Voz do Operário* em 1955, onde enalteceu “o alto espírito de solidariedade humana que sempre a tem orientado” [*República*, 11/02/1955, p.7]

E ao colaborar neste jornal, com um artigo sobre Luís de Camões, aqui tomou posição contra a ditadura

de tipo fascista que imperava em Portugal. Fê-lo de forma indireta, claro, nem de outra forma a censura do regime permitiria a publicação.

Considerando Camões como “a mais alta figura” da literatura portuguesa, Alfredo Guisado aludiu ao “que de belo” da sua obra “se teria perdido nas mãos da censura eclesiástica da época”, e apontou como “condenável tudo o que possa ter em vista a restrição da liberdade de escrever”. [*A Voz do Operário*, 01/07/1955, p.1]

Não se tratou de uma tomada de posição isolada. Alfredo Guisado era um destacado resistente antifascista.

Entre 1954 e 1971, foi ele o diretor-adjunto do principal jornal de oposição que se publicava na legalidade, o diário *República*. Um jornal com o qual *A Voz do Operário* partilhou vários colaboradores que já tinham estado ligados ao antigo diário sindicalista *A Batalha* (encerrado pela ditadura em 1927). Nomes como Alexandre Vieira (primeiro diretor de *A Batalha*), Emílio Costa, César Nogueira ou Julião Quintinha – entre outros.

O ativismo de Alfredo Guisado já era antigo. Foi preso por motivos políticos pela ditadura militar, em 1928. E salientou-se ainda no tempo da 1ª República: jovem dirigente do Partido Republicano Português, foi deputado e vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Porventura, o papel mais importante que ele desempenhou nesse tempo foi como autarca de freguesia, na Junta de Freguesia dos Restauradores. É que

nessa qualidade ele afirmou-se como dinamizador da Federação das Juntas de Freguesia de Portugal – uma antepassada da atual ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias).

A regionalização e a descentralização de meios e competências para o poder local foram ideias que já então ele defendeu. Enquanto porta-voz das juntas de Freguesia, Alfredo Guisado apresentou mesmo, em 1923, um programa de reformas sociais bastante avançado, advogando uma reforma agrária em que os terrenos incultos deviam ser tomados aos proprietários e distribuídos aos sindicatos de trabalhadores rurais. [*A Capital*, 28/03/1923, p.1]

A 1ª República teve uma frequente tendência para reprimir lutas e organizações de trabalhadores. E não concretizou muitas reformas sociais que melhorassem as condições de vida da classe trabalhadora. Mas houve republicanos que as defenderam.

Alfredo Guisado é um exemplo disso. E é exemplo também dos democratas republicanos que depois, no tempo da ditadura, deram um importante contributo para a continuidade de *A Voz do Operário*. Ao lado de nomes como Raul Esteves dos Santos, Domingos Cruz, António Lomelino, e Carlos José Vaz - entre outros.

Além de *A Voz do Operário*, Alfredo Guisado presidiu à Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa e a pelo menos quatro centros escolares republicanos.

Faleceu em 1975. Ainda teve a felicidade de ver o